

# REGISTRO DE IMÓVEIS

## SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE PARTILHA

DIVÓRCIO — ALIENAÇÃO DE BEM COMUM - IMÓVEL - HOMOLOGAÇÃO DO FORMAL DE PARTILHA - TRANSFERÊNCIA DE MEAÇÃO - INSTRUMENTO PÚBLICO - TERCEIRO PREJUDICADO - FRAUDE - ILÍCITO CIVIL

### EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ....ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE .... - DO ESTADO DO .... Autos n.º ..../...., autor do pedido de inclusão de terceiro, autos em epígrafe, atendendo o despacho de fls. .... de Vossa Excelência, vem, respeitosamente, dizer e requerer o seguinte: 1. PROCESSAMENTO DA SEPARAÇÃO DO CASAL: .... e .... A) O casal acima já está separado, consensualmente, desde .... de .... de ...., quando transitou em julgado a sentença do Juízo da ....ª Vara de Família da Comarca de ...., autos n.º ..../...., conforme certidão, em anexo; B) A partilha dos bens foi homologada em .... de .... de ...., transitando em julgado em .... de .... de .... (certidão em anexo); C) A AVERBAÇÃO DA SEPARAÇÃO, junto ao Registro de Casamento, foi efetivada ao pé do Registro de Casamento n.º ...., Livro ...., fls. ...., em .... de .... de ...., conforme Certidão do ....º Ofício de Casamentos, em anexo. 2. SITUAÇÃO ATUAL DO LOTE EM QUESTÃO: A) Pelo que se depreende dos documentos (os quais serão juntados aos Autos, posteriormente), o Requerido, ...., após receber 50% (cinquenta por cento) do bem, objeto desta Ação, transferiu à sua esposa, ...., essa sua parte, sua meação, por instrumento público, através de escritura definitiva de Compra e Venda, junto ao Cartório de .... Quer dizer: o Requerido ...., vendeu o imóvel todo ao Requerente e, após, transferiu 50% (cinquenta por cento) à sua ex-esposa. Vendeu o que tinha e o que não tinha para o Requerente e vendeu, pela segunda vez, sua parte (o que tinha) para sua ex-esposa. B) Além de ter praticado um ilícito civil, cometeu, também, o Requerido, ...., o crime de estelionato, cujo procedimento criminal e abertura de inquérito policial, já tem seu curso junto à polícia da Comarca de .... Face ao exposto, à fraude perpetrada pelo Requerido e sua ex-esposa, que deve ter tomado conhecimento de tudo, tanto que este pedido quando formulado na Vara de Família, os bens ainda não tinham sido partilhados, em complemento à sua petição inicial, requer a anulação do ato jurídico de venda e compra do lote à ex-esposa do Requerido, porquanto, antes dessa data (data de tal transação), como se afirma, o Requerente já havia ingressado com este pedido de inclusão de seu nome no inventário dos bens do casal e esse ato (transação com ex-esposa), segundo tudo indica, foi feito em conluio com ela, que sabia de tudo e, assim mesmo, admitiu o delito, impedindo ao Requerente de legalizar, definitivamente, o bem adquirido. Requer, outrossim, caso Vossa Excelência haja por bem indeferir o pedido acima e face o ingresso desta petição antes da homologação da partilha, a anulação da partilha, propriamente dita, tendo em vista que dos bens partilhados, o lote, objeto desta ação, já havia sido alienado ao Requerente, antes da meação, ou da distribuição dos bens do casal, adjudicando-se-o, compulsoriamente, ao Requerido, anulando-se, conseqüentemente, os atos jurídicos posteriores. Requer ainda, a citação dos Requeridos: .... e de sua ex-esposa, Sra. ...., cujos endereços serão declinados a esse Juízo após o deferimento deste, de todo o conteúdo desta Ação, respondendo-a, caso quiserem, no prazo legal de 15 (quinze) dias, como de direito. Requer provar o alegado por meio de testemunhas, perícias, arbitramentos, juntada de mais documentos e por todos os meios em direito permitidos, inclusive, com o depoimento dos Requeridos, sob pena de confessos. Requer a condenação dos Requeridos ao pagamento de honorários na base de 20% sobre o valor da causa, mais custas processuais e todos os demais emolumentos, bem como às Perdas e Danos que deram causa. Dá à causa o valor de R\$ .... (....). N. Termos, P. Deferimento. ...., .... de .... de .... Advogado ...